



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO nº 336 /2016

94ª SESSÃO ORDINÁRIA de: 8.11.2016

PROCESSO Nº 1/3763/2012

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/201210120-2

RECORRENTE: GERDAU AÇOS LONGOS S/A.

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUANTE: SERGIO RICARDO ALVES SISNANDO E OUTROS

RELATOR: VALTER BARBALHO LIMA.

EMENTA: ICMS. MERCADORIAS DESTINADAS AO ATIVO IMOBILIZADO. APROPRIAÇÃO DO CRÉDITO FISCAL EM NÍVEL SUPERIOR AO PERMITIDO. INADMISSÍVEL. Indicada infringência aos arts. 57, 60 § 13 e 65 do Dec. nº 24.569/97. Penalidade sugerida: alínea "a" do inciso II do art. 123 da Lei nº 12.670/96. 1. O crédito fiscal, na hipótese, é admissível à razão de 1/48, em cada período de apuração, na proporção das saídas tributadas em relação ao total das saídas. 2. No caso, a fiscalização identificou inconsistência na determinação do quantum apropriável, que resultou na irregularidade fiscal crédito indevido. 3. Recurso ordinário conhecido e não provido. 4. Arguição de imunidade nas operações de saídas com destino à Zona Franca de Manaus afastada, por maioria de votos. 5. Auto de infração julgado procedente, por maioria de votos, de acordo com parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO

Noticia o relato do auto e infração, o cometimento da irregularidade fiscal apropriação indevida do ICMS, decorrente de operações com mercadorias destinadas ao ativo permanente, realizadas no exercício de 2008, no valor de R\$ 22.524,62, portanto, com violação ao disposto no inciso II do § 13 do artigo 13 do Decreto nº 24.569/97.

À conduta foi sugerida a sanção prevista na alínea "a" do inciso II do art. 123 da Lei nº 12.670/96, com atualização da Lei nº 13.418/2003, que comina pena equivalente a uma vez o valor do imposto creditado, peça lançamento que se fez



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

acompanhar de cópia do livro CIAP, relativo ao período fiscalizado, assim como resumo demonstrativo da apuração que fez a autuada e a resultante do procedimento fiscal. (fls. 11).

Na impugnação, a autuada argumenta que o dispositivo no qual se funda a autuação não se aplica ao caso, à vista que se trata de operação imune, por se equiparar a uma exportação, logo, o crédito a elas relativo é legítimo, afirmação que faz com esteio no artigo 4º do Decreto-lei nº 288/67 e no artigo 40 da Constituição Federal – CF de 88, bem como em jurisprudência acerca do tema para, ao final, requer a improcedência da autuação.

O julgador singular refuta os argumentos da autuada, especialmente a arguição de improcedência do feito, fundada em operações promovidas para a Zona Franca de Manaus, em face da legislação pertinente a matéria, notadamente nas disposições dos incisos I e II do artigo 60 do Decreto nº 24.569/97, consubstanciado no que dispõem os artigos 874 e 877 do mencionado diploma normativo e, por fim, decide pela procedência da autuação.

Os argumentos recursais são semelhantes aos declinados na impugnação, no qual enfatiza a afirmação que as operações com destino Zona Franca de Manaus são contempladas com imunidade constitucional e não com isenção a exemplo do entendimento manifestado no julgamento singular, logo, deveriam compor o quantum das operações tributadas, fato que impactaria no resultado da equação determinante do quantum apropriável e para subsidiar a arguição anexa cópia de decisão em agravo de instrumento impetrado pela recorrente, no âmbito do TJ/CE, no qual o aludido órgão judicante reconhece a equiparação de operações do gênero à exportação para o exterior, suscita uma perícia, termos em que se funda para pugnar pela improcedência da imputação.

A Assessoria Processual Tributária rejeita a perícia requerida, fundamento o arrazoado plexo de normas evidenciado no julgamento singular e formula o entendimento, que não é dado ao contribuinte não observar os preceptivos normativos a creditar do imposto à sua conveniência, sob pena de violar os sistemas de controle e estabelecer regras próprias e, por fim, opina pelo conhecimento do recurso ordinário, nega-lhe provimento para que seja mantida e decisão prima, parecer adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o relatório.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

VOTO DO RELATOR

O crédito fiscal relativo ao ICMS é direito subjetivo que dispõe o contribuinte, com regra de prpriação disciplinada em Lei Complementar por outorga consitcional, a teor da alínea "b" do inciso II do artigo 146 da CFD de 88.

A Lei Complementar 87/96 estabelece as normas gerais em matéria de legislação tributária em nível nacional, disciplina a técnica de apropriação do crédito fiscal e, objetivamente, a forma e condições relateivas a mercadorias destinadas ao ativo permanente, objeto móvel do lançamento, nos termos consignados nos incisos I a III do § 5º do artigo 20.

Cumpre aduzir, por oportuno, que a regra insculpida nos ispositivos legais supra, foi integralmente reproduzida no § 4º do artigo 49 da Lei nº 12.670/96, que dispõe acerca do ICMS em nível estadual e norma semelhante se encontra assente no § 13 do artigo 60 do Decreto nº 24.569/97, que consolida e regulamento o ICMS no âmbito deste Estado, por conseguinte, regulamenta a Lei sobredita. Vejamos:

§ 5º Para efeito do disposto no inciso XI, alínea "a" deste artigo, relativo ao crédito decorrente de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:

I – a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

II – em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;

III – para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a 1/48 (um quarenta e oito avos) da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior ou as saídas de papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos;

Posto isto, vislumbra-se que o fato primordial que permeia a questão posta, cinge-se aos aspectos fundamentais a que se sujeita a hipótese, empregados na determinação do índice percentual que deve ser multiplicado pelo fator 1/48 (um quarenta



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

e oito avos), ao fim de quantificar o crédito fiscal apropriável, na forma que dispõe o inciso III retrotranscrito, em cuja parte final expressamente não admite a apropriação crédito fiscal decorrente da relação percentual corresponde às operações ou prestações de saídas isentas ou não tributadas do total das saídas.

No vertente caso, a tese contestatória arguida pela recorrente, funda-se no fato que teria promovido saídas com destino à Zona Franca de Manaus, as quais se equiparariam a exportações, logo seria objeto de aferição do crédito fiscal a elas correspondente, hipótese que alteraria o resultado da equação descrita no inciso II supra, por conseguinte, conduziria à improcedência da imputação, arguição que faz com arrimo nas disposições ínsitas no artigo 4º do Decreto-lei 288/67. Vejamos:

Art. - A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus ou reexportação para o estrangeiro será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação pra o estrangeiro.

Posto isto, é de bom alvitre ressaltar que a norma sobredita é de caráter federal, portanto, adstrita à respectivo área de atuação, contrapondo-se ao ICMS que é tributo de competência estadual, cujos institutos isentivos ou relativos à não incidência, devem decorrer de acordos nacionais celebrados entre os Estados membros e o Distrito Federal, mediante convênio, segundo a dicção do artigo 1º da Lei Complementar nº 24/75, recepcionada pela Constituição Federal de 88, premissa que se confirma na hipótese concreta, à medida que o benefício que contempla as operações e prestações destinadas à Zona Franca de Manaus foi trazida ao ordenamento jurídico-tributário por meio do Convênio ICMS nº 65/88 e sob o signo isenção e não a título de imunidade, como pretende classificá-lo a recorrente. Vejamos:

Cláusula primeira. Ficam isentas do imposto as saídas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, desde que o estabelecimento destinatário tenha domicílio no Município de Manaus.

De acrescentar que a regra insculpida no dispositivo retro está consignada amiúde nas demais normas superveniente que versam a cerca do tema, fato que denota, de modo enfático, a ratificação peremptória da tipicidade do beneplácito fixado; qual seja, isenção, logo, impõe cotejar o aludido instituto protetivo a não tributação das operações sob comento, em face da regra de admissibilidade do crédito.

Da clarividência que dimana dos dispositivos supracolacionados, que não deixa margem para subsistir dúvidas acerca da natureza do benefício que as



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

contempla, posto que albergadas por regra isentiva e não de imunidade, hipótese assente no recurso ordinário e sustentada oralmente em sessão pelo representante da recorrente.

Dado que a regra capitulada no inciso II do § 13 do artigo 60 do Decreto nº 24.569/97, colacionado precedentemente, é categórica acerca da vedação ao crédito, relativamente à parcela que as operações e prestações isentas ou não tributadas representar do total das saídas em cada período de apuração, faz emergir a convicção inequívoca sobre a impossibilidade de admitir interpretação diversa, mormente à luz do artigo 111 do CTN, em que pese a jurisprudência colacionada, que se reporta sobre a equiparação de saídas para a Zona Franca de Manaus à importação para o exterior, hipótese que asseguraria o direito ao crédito do imposto, notadamente por se tratar de decisão monocrática e isolada, por isso sem condão vinculante, sobretudo no âmbito deste órgão judicante de escopo administrativo, cuja finalidade precípua cinge-se a exercer tão somente o controle de legalidade do ato de lançamento do crédito tributário, em face do plexo de normas de regência da matéria.

Cumprе sublinhar, por oportuno, que a concepção ora firmada, segundo a qual as operações com destino à Zona Franca de Manaus cinge-se à seara das operações isentas não é inédita, posto que fora objeto de análise na 71ª Sessão Extraordinária, de 27 e setembro de 2012, cuja decisão está assente na Resolução nº 227/2013, posteriormente retificada, por meio da Resolução nº 23/2013, havida de sessão plenária no âmbito deste Conat.

De enfatizar que os mencionados instrumentos trouxeram à colação entendimento manifestado por outras unidades federadas, a exemplo de Santa Catarina, que em resposta a consulta formulada à SEFAZ daquele Estado, tombada sob nº 51/2008, expediente que está assim ementada:

CONSULTA Nº 51/2008

EMENTA: ICMS – A ISENÇÃO PREVISTA NO RICMS/SC, ANEXO 2 ART. 41 E 43 ALCANÇA APENAS AS SAÍDAS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS DE ORIGEM NACIONAL, NÃO PODENDO O BENFÍCIO SER AMPLIADO PARA OS PRODUTOS DE ORIGEM ESTRANGEIRA, EX VI DO ART. 111 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. CASO O ICMS RELATIVO À IMPORTAÇÃO TENHA SIDO DIFERIDO, O MESMO SUBSUMIR-SE-Á NA SAÍDA TRIBUTADA, DEVENDO SER RECOLHIDO CONFORME DISPOSTO NO ATO CONCESSIVO DO REGIME ESPECIAL.

AS SAÍDAS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS PARA ZONA



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

FRANCA DE MANAUS E ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO NÃO SE EQUIPARAM A EXPORTAÇÕES, LOGO, OS CRÉDITOS CORRESPONDENTES ÀS ENTRADAS NÃO PODERÃO SER MANTIDOS POR AUSÊNCIA DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL.

No mesmo sentido, a Consulta nº 41/2004 já se manifestara sobre o tema, nos termos plasmados na ementa que se segue:

A SAÍDA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS, EXCETO OS SEMIELABORADOS, PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS E ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO NÃO SE EQUIPARAM A EXPORTAÇÕES. OS CRÉDITOS DO IMPOSTO, CORRESPONDENTES A SAÍDAS SUBSEQÜENTES ISENTAS OU NÃO-TRIBUTADAS, SOMENTE PODEM SER MANTIDOS SE HOVER EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. POR CONSEQUENTE, É VEDADA A TRANSFERÊNCIA DE QUALQUER VALOR A TÍTULO DE CRÉDITOS ACUMULADOS.

Como visto, o sentimento que se formula em torno da hipótese que as operações destinada à Zona Franca de Manaus não se equiparam à exportação para o exterior nos parece se consolidar, notadamente à míngua de norma expressa editada pelos titulares da competência para legislar sobre o tributo, por conseguinte, não se vislumbra ambiência que conduza à possibilidade de as aludidas operações possam vir a compor o valor das saídas tributadas, hipótese que aferiria direito ao crédito fiscal a elas relativo e teria o condão de alterar o resultado da imputação.

Enfim, demonstrado restou a debilidade dos argumentos erigidos pela recorrente, portanto, dúvida não reside acerca da materialidade da imputação, que sob os demais aspectos reúne os pressupostos legitimidade, logo, ao outro convencimento não pode condizir, senão pela manutenção do feito fiscal.

Por todo o exposto e com arrimo no que restou evidenciado, voto pelo conhecimento do recurso ordinário, nego-lhe provimento, para confirmar a decisão condenatória proferida em primeira instância e julgar procedente o feito fiscal, nos termos do parecer da lavra da Assessoria Processual Tributária, com o qual aquiesceu o representante da dought Procuradoria Geral do Estado, cuja demonstração do crédito tributário se procede a seguir.

É o voto.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

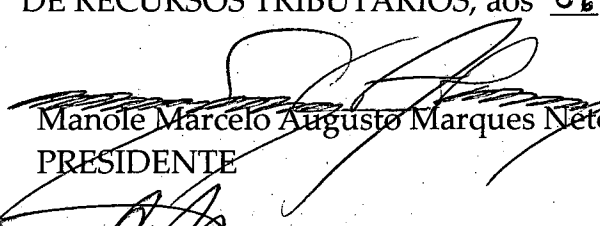
DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ICMS R\$ 22.524,62
Multa R\$ 22.524,62
TOTAL R\$ 45.049,24

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que são **RECORRENTE:** GERDAU AÇOS LONGOS S/A. e **RECORRIDO:** CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **Decisão:** A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso ordinário interposto, resolve, por maioria de votos, negar-lhe provimento, confirmando a decisão **CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em conformidade com o parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Vencidos os votos dos Conselheiros Filipe Pinho da Costa Leitão e Matheus Fernandes Menezes que se manifestaram pela improcedência da acusação fiscal. Presente, para apresentação de sustentação oral do recurso, o representante legal da autuada, Dr. Schubert de Farias Machado.

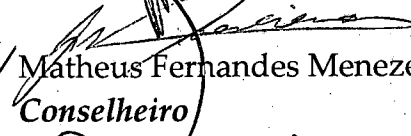
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, aos 06 de 12 de 2016.

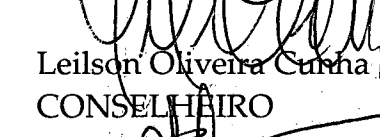

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
PRESIDENTE


Matheus Viana Neto
PROCURADOR


Ciente em 06 de 12 2016


Valter Barbalho Lima
CONSELHEIRO


p/ Matheus Fernandes Menezes
Conselheiro


Leilson Oliveira Cunha
CONSELHEIRO


p/ Francinete Cavalcante Furtado Remígio
CONSLHERO


Maria Elneide Silva e Sousa
CONSELHEIRA


Filipe Pinho da Costa Leitão
CONSELHEIRO